



**Estado do Pará**  
Prefeitura Municipal de Sapucaia  
**Gabinete do Prefeito**  
Assessoria de Controle Interno

### **Parecer de Regularidade do Controle Interno**

O Senhor: Enilson José de Paula, Contador, responsável pelo Controle Interno do Município de Sapucaia, nomeado nos termos do Decreto 023/2017, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 025/PMS/2019**, referente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/PMS/2019, tendo por objeto a contratação de um escritório de advocacia com serviços técnicos profissionais especializados, para elaboração, manejo e acompanhamento judicial de demanda, em face da UNIÃO, com o fito de **implementar o CAQI - Custo Aluno Qualidade Inicial como parâmetro para o financiamento da educação e recuperar os valores que não foram repassados ao Município, nos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação (parcelas vincendas/vencidas)**, com efetiva atuação em qualquer juízo, instância ou foro da Justiça Federal, além dos tribunais superiores sediados em Brasília/DF, defendendo o interesse da CONTRATANTE.

celebrado com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Prefeitura Municipal de Sapucaia, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

**(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento e publicidade;**

Para exame e parecer desta Controladoria-Geral do Município, a Comissão de Licitação remeteu o processo administrativo de licitação acima identificado. O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do mesmo demonstrou o que segue:

- a) Consta nos autos a proposta da empresa;
- b) Consta documentação da empresa;
- c) Foram apresentadas todas as certidões, devidamente validadas;
- d) A contratação foi devidamente justificada;
- e) Houve justificativa do preço proposto;
- f) Há comprovação da natureza singular do objeto;
- g) Existe comissão de licitação designada na forma da lei;



**Estado do Pará**  
Prefeitura Municipal de Sapucaia  
**Gabinete do Prefeito**  
Assessoria de Controle Interno

- h) Consta Parecer Jurídico;
- i) Foi dada a devida publicação ao termo de ratificação.

É o parecer, s.m.j.

SAPUCAIA (PA), 22 DE NOVEMBRO DE 2019.

*Enilson José de Paula*  
Coordenador de controle interno  
DECRETO 023/2017